

LAURENTINO GOMES

ESCRavidÃO

VOLUME II

Da corrida do ouro em Minas Gerais até
a chegada da corte de dom João ao Brasil

GOBOLIVROS

SUMÁRIO

Linha do tempo	11
Introdução	17
1 A FRONTEIRA.	35
2 ESPLENDOR E MISÉRIA	53
3 OURO! OURO! OURO!	67
4 O HERÓI INVISÍVEL	79
5 FOME, CRIME E COBIÇA.	91
6 SERTÃO ADENTRO	109
7 ESCRAVISMO PIEDOSO	121
8 ISOLAMENTO, CENSURA E ATRASO	133
9 PIRATAS.	147
10 CORRUPOTOS E LADRÕES.	151
11 ONDA NEGRA.	167
12 OS CASTELOS.	181
13 AJUDÁ.	193
14 AGAJA	211
15 CONVERSA DE REIS	229
16 TRAFICANTE ESCRAVIZADO	241
17 ÁFRICAS BRASILEIRAS	249

18	O SAGRADO	267
19	IRMÃOS, REIS E RAINHAS.	279
20	O TRABALHO	295
21	A VIOLÊNCIA	311
22	O SONHO	319
23	A FAMÍLIA ESCRAVA.	333
24	AS MULHERES	349
25	CHICA NA TERRA DOS DIAMANTES	363
26	FUGITIVOS E REBELDES.	379
27	O MEDO	401
28	A LIBERDADE É BRANCA	415
29	QUEBRANDO OS GRILHÕES	427
30	O NAUFRÁGIO	447
31	O PRESENTE	457
	Agradecimentos	463
	Notas.	467
	Bibliografia.	495
	Índice onomástico	507

INTRODUÇÃO

EM MEADOS DO SÉCULO XVIII, a compra e a venda de seres humanos haviam se tornado atividades banais e corriqueiras no Brasil. Exemplo disso pode ser observado atualmente entre os cerca de 2.500 itens que compõem o magnífico acervo do Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte: uma balança de pesar escravos. O objeto foi trazido de Salvador, na Bahia, outrora um dos maiores territórios escravistas do mundo, e ostenta as insígnias da Coroa portuguesa, indicando que teria pertencido a uma fazenda real, até hoje não identificada. Com cerca de três metros de altura, é um entre muitos outros artefatos similares, de diferentes formatos e tamanhos, que na exposição contam a história do comércio no Brasil colonial, todos usados para definir o valor da “mercadoria” a ser negociada entre compradores e vendedores: balanças de pesar bois e vacas, balanças de pesar porcos, balanças de pesar galinhas, balanças de pesar cereais, balanças de pesar farinha de mandioca, balanças de pesar queijos, balanças de precisão e balanças de ourives, destinadas a calcular quantidades de ouro em pó, pedras e outros minerais preciosos.

Medir, pesar, avaliar, precificar, comprar e vender gente eram, portanto, acontecimentos rotineiros na vasta cadeia de negócios que se estendia pelas regiões ermas da colônia portuguesa nas Américas e na qual se moviam, entre outros agentes, tropeiros, boiadeiros, comerciantes de secos e molhados, feirantes, mascastes, caixeiros-viajantes, mineradores, garimpeiros e traficantes de negros escravizados.

A balança de pesar escravos é um mecanismo de funcionamento relativamente simples, segundo me explica a empresária Ângela Gutierrez, colecionadora de antiguidades, enquanto caminhamos pelos corredores da velha estação de trem que hoje abriga o museu na capital mineira, do qual ela é organizadora e curadora. No centro da peça, uma haste vertical presa ao teto serve de apoio a uma barra transversal de cujas extremidades pendem dois braços metálicos. O do lado direito sustenta um prato de bronze. O da esquerda, dois longos suportes de ferro no formato de um estribo de cavalaria. A pessoa a ser comprada ou vendida era colocada em posição ereta ou agachada, dependendo da estatura, com os dois pés apoiados no estribo e as mãos atadas à parte superior do braço metálico. Enquanto isso, no prato situado na extremidade oposta da barra central, o comerciante de gente ia acrescentando ou retirando blocos maciços de ferro de diferentes volumes, chamados de contrapesos, até que os dois braços se equilibrassem, indicando assim o peso da “mercadoria” humana em avaliação. Um detalhe em particular surpreende os visitantes do museu: a balança de pesar escravos foi cuidadosamente trabalhada em ferro e bronze por um artífice, com ornamentos e monogramas gravados em alto-relevo, incluindo a data da fabricação — 1767 — e o selo do rei de Portugal, como se fosse uma joia de uso pessoal e não um rude instrumento do tráfico negroiro.

No Brasil colonial, produtos agrícolas, animais e escravos eram pesados em arrobas, medida de massa equivalente a 14,7

quilos atuais. Na balança do Museu de Artes e Ofícios, um jovem de dezoito anos, do sexo masculino, saudável, sem defeitos, em plena capacidade produtiva, pesaria cerca de 4,5 arrobas, ou 66 quilos. Seria chamado de “peça da Índia”, o escravo de melhor preço, vendido em Minas Gerais por aproximadamente 100 mil réis, valor igual ao de cinco cavalos ou três bois. Enquanto isso, uma menina adolescente, no início da sua vida reprodutiva, por volta de doze anos de idade, pesaria pouco menos de três arrobas, ou 44 quilos. Num eventual leilão em praça pública — como era comum em todas as regiões brasileiras na época —, valeria 40% menos do que um garoto da mesma idade e seria arrematada por aproximadamente 60 mil réis, preço de três cavalos.¹

Em 1767, o ano em que a balança de escravos foi construída, o Brasil já estava no seu terceiro século como o maior território escravista do Hemisfério Ocidental. A compra e a venda de gente começaram logo após a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral à Bahia, em 1500, com a imediata escravização dos indígenas. Como já se viu no volume anterior desta trilogia, o primeiro registro de tráfico de escravos na história do Brasil é de 1511, ano em que a nau *Bretoá*, de propriedade do florentino Bartolomeu Marchionni e do cristão-novo Fernando de Noronha, chegou a Lisboa com uma carga de papagaios, peles de onças-pintadas, toras de pau-brasil e 35 indígenas cativos que seriam vendidos em Portugal. Quatro anos mais tarde, 85 indígenas brasileiros foram arrematados como escravos em Valência, na Espanha.²

O escravismo brasileiro alcançaria cifras industriais a partir da segunda metade do século XVI, com a chegada de milhares de cativos negros africanos. Nos três séculos seguintes, leilões em praça pública para a venda de pessoas no atacado e no varejo se tornaram cenas habituais, especialmente nos três principais portos de entrada dos navios negreiros — Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Nessas ocasiões, homens e mulheres eram lavados,

depilados, esfregados com sabão, untados com óleo de coco ou dendê, pesados, medidos, examinados e apalpados em suas partes íntimas, obrigados a correr, pular e exibir a língua e os dentes. Ao término desse metódico ritual, vendedores e compradores acertavam o preço de acordo com a idade, o sexo e o vigor físico dos cativos que, em seguida, eram marcados a ferro quente com as iniciais da fazenda ou do nome do seu novo proprietário. Por fim, com argolas e correntes atadas aos pés e ao pescoço, marchavam a pé rumo ao novo local de trabalho. No total, o Brasil escravizou cerca de 4,9 milhões de africanos, o equivalente a 40% dos 12,5 milhões que embarcaram da África para o continente americano até meados do século XIX. O auge do tráfico ocorreu entre o início do século XVIII e meados do século XIX. Em um período de 150 anos, 4 milhões de escravos atravessaram o Atlântico para trabalhar em fazendas, cidades, minas e garimpos brasileiros.

A escravidão começou para fornecer mão de obra ao corte de pau-brasil e à indústria do açúcar no Nordeste, as duas primeiras atividades relevantes do Brasil colônia, mas rapidamente se propagou por todos os segmentos da sociedade e da economia. O impulso decisivo foi dado pela descoberta de pedras e minerais preciosos, primeiro em Minas Gerais, depois em Goiás e Mato Grosso. Expedições capitaneadas pelos bandeirantes paulistas, inicialmente destinadas a escravizar os índios, foram redirecionadas à busca de novas riquezas no interior do território, forçando a expansão das fronteiras do Brasil rumo aos sertões do Centro-Oeste e da Amazônia. Pelos novos caminhos trilhados pelos colonizadores seguiam invariavelmente as caravanas de negros escravizados. Todos os aspectos da vida colonial giravam em torno da escravidão. No final do século XVIII, a posse de pessoas era generalizada entre os brasileiros, incluindo inúmeros escravos ou negros libertos que tinham seus próprios cativos.

O século XVIII representa o início do apogeu do escravismo africano não apenas no Brasil, mas em todo o continente americano.³ Nada menos do que 6 milhões de homens e mulheres cativos cruzaram o Atlântico em direção ao Novo Mundo no intervalo de apenas cem anos. Cerca de 85% das 36.110 viagens de navios negreiros para a América documentadas pelo banco de dados Slavevoyages.org aconteceram depois de 1700.⁴ Por volta de 1750, negros escravizados eram vistos numa sucessão ininterrupta de colônias europeias que se desdobravam do Canadá até o sul da Argentina e do Chile atuais. A desproporção entre brancos e negros era enorme. Entre 1760 e 1820, para cada europeu que imigrava para América, outros 5,6 escravos chegavam da África. Na região do Caribe, ocupada por franceses, ingleses, holandeses, espanhóis e dinamarqueses, os negros constituíam mais de 90% da população.⁵

Na África, o impacto do tráfico negreiro seria enorme. A demanda cada vez maior por cativos e os preços crescentes pagos por eles desorganizou a economia do continente. Antigas atividades produtivas, como tecelagem, metalurgia, agricultura e pecuária, foram deixadas de lado sob a pressão do comércio escravista. Em lugar delas, instaurou-se um aumento crescente nas taxas de violência.⁶ Aliada aos traficantes, uma nova elite militar africana surgiria à frente de Estados predatórios que, apoiados com armas e recursos europeus, nasceram e se firmaram com o propósito de lucrar com a guerra contra seus vizinhos, vendidos como prisioneiros para capitães de navios portugueses, ingleses, franceses, holandeses, dinamarqueses, alemães e norte-americanos. Assim floresceram os reinos de Futa Jalom, na Alta Guiné, entre os atuais países de Senegal e Guiné Bissau; Axante, cuja dinastia reinante sobrevive e governa ainda hoje no interior de Gana; Daomé e Oió, entre a atual República do Benim e a Nigéria; Cassanje e Lunda, em Angola. Todos eles alimentaram a